



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

ANEXO V – CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO

Demonstrativo dos Projetos em Andamento / em Execução/ em Fase Projeto
ANOS 2023 / 2024

PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO

OBRAS NO GERAL	Descrição	OBRAS	OBRAS	OBRAS	PROJETOS PRONTOS	ESTIMADO	PREVISÃO	ANO	ESTIMADO
		CONCLUÍDAS (até 12/2023)	EM EXECUÇÃO	EM LICITAÇÃO	AGUARDANDO LICITAÇÃO	FASE DE ANTE PROJETO	CONCLUSÃO		POR ANO
1	Pavimentação Avançar Cidades (Loteamento Santa Rita, Verdes Vales I e II)	R\$ 124.977,21					31/12/23	2023	R\$ 2.817.677,74
2	Projeto Pav. Estrada Cooperlarte convênio 910422/2021 - MAPA			R\$ 248.229,38			31/12/23		
3	Projeto Pav. Rua Linhos-Silva; convênio 924820/2021 - MDR		R\$ 450.170,49				31/12/23		
4	Acampamento Semana Farroupilha 2023		R\$ 131.870,68				31/12/23		
5	Projeto Centro de Convenções - Verba Parlamentar		R\$ 879.928,72				31/12/23		
6	Projeto Reforma Ginásio Municipal - ASF		R\$ 683.082,85				31/12/23		
7	Reforma Capela Mortuária					R\$ 20.936,68	31/12/23		
8	Projetos Loteamentos Industrial e Residencial		R\$ 182.000,00				31/12/23		
9	Reforma e Adequações Ginásio Camping Carreiro		R\$ 296.501,73				31/12/23		
10	Projeto Parque Infantil / Bancos Praça Matriz					R\$ 150.000,00	31/12/24	2024	R\$ 14.753.348,81
11	Entorno Nave Degli immigranti					R\$ 150.000,00	31/12/24		
12	Acostamento Rua Orestes Assoni					R\$ 80.000,00	31/12/24		
13	Ampliação Escola Nossa Senhora de Fátima					R\$ 300.000,00	31/12/24		
14	Reforma Ginásio Aparecida					R\$ 350.000,00	31/12/24		
15	Sede Administrativa SCAB					R\$ 700.000,00	31/12/24		
16	Projeto Placas Logradouros - Urbano					R\$ 70.000,00	31/12/24		
17	Projetos PPCI Escolas			R\$ 492.911,37			31/12/24		
18	Academia antiga Escola João Corso - Salete					R\$ 50.000,00	31/12/24		
19	Laudo e Projeto Muro quadra Q e H Alto Paraíso					R\$ 150.000,00	31/12/24		
20	Pavimentação trecho Estrada Santana		R\$ 9.062.330,10				31/12/24		
21	Projeto nova quadra Ginásio Municipal				R\$ 603.075,30		31/12/24		
22	Projeto Reforma/Ampliação UBS Gramadinho					R\$ 818.168,68	31/12/24		
23	Pavimentação Estrada Interior - Estrada Zafa			R\$ 582.398,68			31/12/24		
24	Pavimentação Estrada Interior - Estrada São Roque			R\$ 291.483,52			31/12/24		
25	Pavimentação Via Modena Trecho 1			R\$ 349.674,71			31/12/24		
26	Pavimentação Via Modena Trecho 2			R\$ 323.326,45			31/12/24		
27	Pavimentação Rua Adivo Crema					R\$ 250.000,00	31/12/24		
28	Processo Nova Creche Nostri Bambini; demolição, terraplenagem, muros e prédio novo		R\$ 4.398.575,87				31/12/25	2025	R\$ 4.398.575,87

SUB TOTAL ESTIMADO (R\$)	R\$ 124.977,21	R\$ 15.884.440,44	R\$ 2.288.004,11	R\$ 603.075,30	R\$ 3.069.105,36		R\$ 21.969.602,42
TOTAL ESTIMADO (R\$):	R\$ 21.969.602,42						

FONTE: Departamento de Engenharia – Secretaria de Obras Públicas, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

Obs. 01: Os prazos acima identificados foram obtidos junto aos contratos administrativos de vigências;

Obs. 02: Os itens que ainda não possuem prazos correspondem a projetos que estão sendo elaborados pelos técnicos do Departamento, ou ainda não foram licitados;

Obs. 03: Todos itens desta tabela evidenciam demandas de elaboração de projetos oriundas das Sec. Municipais conforme definição de urgências do Prefeito Municipal;

Serafina Corrêa – RS – 07 de Agosto de 2023

Departamento de Engenharia



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
ARF (LRF, art 4º § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	500.000,00	saldo para créditos adicionais de despesas não previstas ou orçadas a menor	500.000,00
SUBTOTAL		SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2024, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2024.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

METAS ANUAIS												
AMF - Demonstrativo 1 A (LRF, art. 4º, § 1º)												R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)	% RCL (c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total (arrecadação)	98.000.000,00	94.113.127,82		100,42%	103.200.000,00	95.295.082,33		100,41%	106.300.000,00	94.382.335,01		100,41%
Receitas Primárias (I)	96.043.601,61	92.234.324,03		98,42%	101.134.646,15	93.387.930,54		98,40%	104.117.651,71	92.444.657,42		98,35%
Receitas Primárias Correntes	96.049.601,61	92.240.086,06		98,43%	101.140.886,16	93.393.692,58		98,41%	104.124.141,32	92.450.419,46		98,35%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.740.776,59	21.838.832,80		23,30%	24.913.943,84	23.005.584,58		24,24%	26.517.187,03	23.544.252,40		25,05%
Transferências Correntes	71.049.999,98	68.232.017,66		72,81%	73.846.470,69	68.189.975,82		71,85%	75.096.218,20	66.676.918,38		70,93%
Demais Receitas Primárias Correntes	2.258.825,03	2.169.235,60		2,31%	2.380.471,63	2.198.132,17		2,32%	2.510.736,09	2.229.248,68		2,37%
Receitas Primárias de Capital	-6.000,00	-5.762,03		-0,01%	-6.240,01	-5.762,04		-0,01%	-6.489,61	-5.762,04		-0,01%
Despesa Total (pagamento)	102.000.000,00	97.954.479,97		104,52%	107.200.000,00	98.988.690,17		104,30%	109.300.000,00	97.045.994,51		103,24%
Despesas Primárias (II)	99.499.569,80	95.553.221,74		101,96%	104.724.552,58	96.702.857,17		101,89%	106.857.372,19	94.877.218,25		100,93%
Despesas Primárias Correntes	89.556.479,37	86.004.493,77		91,77%	96.555.136,45	89.159.202,30		93,95%	100.327.432,53	89.079.372,98		94,77%
Pessoal e Encargos Sociais	47.650.214,39	45.760.313,45		48,83%	50.826.987,72	46.933.740,11		49,45%	53.699.214,84	47.678.807,95		50,72%
Outras Despesas Correntes	41.906.264,97	40.244.180,33		42,94%	45.728.148,73	42.225.462,19		44,49%	46.628.217,69	41.400.565,03		44,04%
Despesas Primárias de Capital	5.943.090,43	5.707.375,81		6,09%	5.511.019,47	5.088.886,19		5,36%	2.639.113,94	2.343.233,64		2,49%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	4.000.000,00	3.841.352,16		4,10%	2.658.396,66	2.454.768,69		2,59%	3.890.825,72	3.454.611,63		3,68%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (II) - (I - II)	-3.455.968,19	-3.318.897,72		-3,54%	-3.589.906,43	-3.314.926,63		-3,49%	-2.739.720,48	-2.432.560,83		-2,59%
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.900.561,65	8.547.547,93		9,12%	7.860.114,24	7.258.044,90		7,65%	6.778.048,93	6.018.138,15		6,40%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	5.893.879,95	5.660.117,11		6,04%	5.290.905,84	4.885.632,83		5,15%	4.719.418,90	4.190.308,33		4,46%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	92.888,09	89.203,97		0,10%	-602.974,11	-556.787,48		-0,59%	-571.486,94	-507.415,54		-0,54%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

NOTA 1: A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados no Demonstrativo 01 do anexo I. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2020, 2021 e 2022) e os valores reestimados para o exercício atual (2023), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos considerou-se PRIORITARIAMENTE a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo V. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição e o crescimento vegetativo da folha salarial. Os demonstrativos 04 e 05 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,30%, 1,70% e 1,80% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,13%, 4,00% e 4,00%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 1.447/2022. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisito por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2024. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizaram-se, as informações das operações de crédito a receber deduzidos os valores a amortizar.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2023, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2024, considerando todas as fontes de recursos é de R\$ 98.000.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras, das resultantes de Operações de Crédito, das Alienações de Investimentos e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos, resultam numa Receita Primária de R\$ 96.043.601,61.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, considerando todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 102.000.000,00 (sendo 4 milhões de restos a pagar), deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida e a Amortização da Dívida Pública, tem-se que as despesas primárias para 2024 foram previstas em R\$ 99.499.569,80.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2024 que foi inicialmente prevista em R\$ -3.455.968,19. Ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde a posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados no demonstrativo 05 do anexo I.

METAS ANUAIS - RECEITAS E DESPESAS ESPECÍFICAS DO RPPS												RS 1,00	
AMF - Demonstrativo 1 B (LRF, art. 4º, § 1º)													
ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026				
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)	% RCL (c / RCL)	
	(a)		× 100	× 100	(b)		× 100	× 100	(c)		× 100	× 100	
	Preenchimento: Opcional C/c. Item 02.03.03.01 da 13ª												
Receita Total - RPPS	22.000.000,00	21.127.436,86		22,54%	23.000.000,00	21.238.245,09			22,38%	24.000.000,00	21.309.276,01		22,67%
Receitas Primárias do RPPS (I)	11.191.898,70	10.748.006,05		11,47%	11.568.487,41	10.682.363,96			11,26%	11.897.228,99	10.563.389,02		11,24%
Despesa Total - RPPS	7.520.000,00	7.221.742,05		7,71%	8.373.249,24	7.731.874,77			8,15%	9.281.751,27	8.241.141,65		8,77%
Despesas Primárias do RPPS (II)	7.520.000,00	7.221.742,05		7,71%	8.373.249,24	7.731.874,77			8,15%	9.281.751,27	8.241.141,65		8,77%
Resultado Primário (DO RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	3.671.898,70	3.526.264,00		3,76%	3.195.238,17	2.950.489,19			3,11%	2.615.477,73	2.322.247,37		2,47%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

Nota 1: este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais.

Nota 2: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orgânica Anual.

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)								
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022	% PIB	% RCL	Variação	
	(a)			(b)			Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total (Arrecadação)	84.310.000,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª edição do MDF	92,94%	94.978.678,49	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª edição do MDF	104,70%	10.668.678,49	12,65%
Receitas Primárias (I)	75.260.110,18		82,96%	90.448.823,38		99,71%	15.188.713,20	20,18%
Despesa Total (Pagamentos)	84.310.000,00		92,94%	98.172.129,36		108,22%	13.862.129,36	16,44%
Despesas Primárias (II)	80.334.350,00		88,56%	97.920.546,47		107,95%	17.586.196,47	21,89%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-5.074.239,82		-5,59%	-7.471.723,09		-8,24%	-2.397.483,27	47,25%
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.522.684,96		4,99%	3.650.991,86		4,02%	-871.693,10	-19,27%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-3.482.217,01		-3,84%	-13.764.212,13		-15,17%	-10.281.995,12	295,27%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.495.098,03		-1,65%	4.761.619,04		5,25%	6.256.717,07	-418,48%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto 2022	Valor Realizado 2022
Receita Corrente Líquida - RCL	77.975.987,84	90.713.111,78

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2022), visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.
Avaliação cfe. metas da Lei Orçamentária Anual.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO				VALORES A PREÇOS CORRENTES								R\$ 1,00
	2021	2022	%	2023	2024	%	2025	%	2026	%		
Receita Total	64.813.305,00	84.310.000,00	30,08%	98.000.000,00	16,24%	98.000.000,00	0,00%	103.200.000,00	5,31%	106.300.000,00	3,02%	
Receitas Primárias (I)	59.060.840,44	75.260.110,18	27,43%	83.515.181,28	10,97%	96.043.603,61	15,00%	101.134.646,15	5,30%	104.117.651,71	2,95%	
Despesa Total	64.813.305,00	84.310.000,00	30,08%	98.000.000,00	16,34%	102.000.000,00	4,08%	107.700.000,00	5,10%	109.300.000,00	1,96%	
Despesas Primárias (II)	52.765.350,21	80.315.350,21	51,62%	90.315.350,21	10,13%	99.490.550,21	8,29%	104.734.552,58	5,25%	106.857.372,19	2,04%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Atima da Linha (II) - (I - II)	6.749.490,23	-9.749.239,92	-174,67%	-10.096.672,28	-98,98%	-1.455.968,19	-65,77%	-3.589.698,92	-34,88%	-2.739.720,48	-23,68%	
Divida Pública Consolidada (DC)	2.450.746,37	4.522.684,96	84,54%	9.936.057,37	131,07%	8.900.565,19	-10,96%	7.860.114,24	-11,66%	6.278.445,93	-17,71%	
Divida Consolidada (DCL)	2.450.746,37	4.522.684,96	84,54%	9.936.057,37	128,88%	8.938.879,95	-48,05%	3.290.905,84	-10,23%	4.719.418,90	-28,68%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-693.851,46	-1.426.050,57	105,53%	4.487.889,98	421,71%	6.889.552,92	53,78%	6.292.974,11	-108,74%	-571.486,94	-5,22%	
VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
	2021	2022	%	2023	2024	%	2025	%	2026	%		
Receita Total	62.913.322,66	80.912.741,32	28,63%	93.386.697,16	15,40%	93.113.127,82	0,78%	95.795.082,33	1,26%	94.382.335,01	-0,96%	
Receitas Primárias (I)	57.329.489,85	72.740.490,00	26,01%	83.749.744,31	10,17%	92.234.324,03	15,00%	97.387.930,54	1,25%	92.444.557,62	-1,01%	
Despesa Total	62.913.322,66	80.912.741,32	28,63%	93.386.927,16	15,40%	97.254.479,97	4,89%	98.988.690,47	1,70%	97.045.994,51	-1,92%	
Despesas Primárias (II)	50.733.207,35	77.111.105,78	51,99%	89.205.117,21	15,68%	95.553.221,74	6,72%	96.287.215,29	0,75%	94.677.215,29	-2,02%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Atima da Linha (II) - (I - II)	6.598.282,50	-4.870.646,78	-173,84%	-9.621.372,90	97,54%	-3.818.897,72	-65,50%	-3.814.926,63	-0,12%	-2.482.560,83	-28,16%	
Divida Pública Consolidada (DC)	2.326.802,90	4.341.221,89	82,49%	9.525.507,31	119,42%	8.547.542,93	-10,27%	7.258.044,00	-15,07%	6.018.138,18	-16,43%	
Divida Consolidada (DCL)	2.326.802,90	4.341.221,89	82,49%	9.531.331,77	124,31%	8.560.117,11	-490,52%	4.855.632,83	-13,68%	4.190.308,33	-14,23%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-776.525,46	-1.346.609,94	74,43%	4.300.831,89	419,67%	4.701.785,71	9,32%	-774.484,29	-116,47%	-695.374,50	-10,22%	
Fonte: Sistema de Contabilidade Público Integrado - Fiorilli Software. Departamento Res. planejamento: Contabilidade												
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no Item 03.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.												

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos demonstrativos fiscais da STN, o objetivo do demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combatendo execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2024), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2021, 2022 e 2023), bem como para os dois seguintes (2025 e 2026), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, de acordo com a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram atualizados pela Lei Orçamentária Anual. Já em relação às previsões para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1-A - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	81.550.855,82	79,28%	67.315.973,35	82,54%	68.763.573,43	102,15%
Reservas	2.653.710,72	2,58%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	18.659.977,16	18,14%	14.234.882,47	17,46%	(1.447.600,08)	-2,15%
TOTAL	102.864.543,70	100,00%	81.550.855,82	100,00%	67.315.973,35	100,00%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	(13.036.148,49)	48297,06%	7.850,00	-0,06%	1.439.298,40	18335,01%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	13.009.156,89	-48197,06%	(13.043.998,49)	100,06%	(1.431.448,40)	-18235,01%
TOTAL	(26.991,60)	100,00%	(13.036.148,49)	100,00%	7.850,00	100,00%
CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	68.514.707,33	66,62%	67.323.823,35	98,26%	70.202.871,83	104,28%
Reservas	2.653.710,72	2,58%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	31.669.134,05	30,80%	1.190.883,98	1,74%	(2.879.048,48)	-4,28%
TOTAL	102.837.552,10	100,00%	68.514.707,33	100,00%	67.323.823,35	100,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. **Foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2022 com superávit patrimonial.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)	R\$ 1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2020			3.468,90
RECEITAS DE CAPITAL	83.269,00	401.110,00	182.374,76
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	83.269,00	401.110,00	182.374,76
Alienação de Bens Móveis	83.269,00	401.110,00	182.374,76
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	37.613,79	4.651,63	564,12
TOTAL	120.882,79	405.761,63	186.407,78
DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	521.126,33	165.599,26	10.550,90
Investimentos	521.126,33	165.599,26	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	521.126,33	165.599,26	10.550,90
SALDO FINANCEIRO	15.775,71	416.019,25	175.856,88

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Obs: o Presento anexo considerou as informações do SCPI, pois no anexo XI do RREO não constam os rendimentos de aplicações financeiras contabilizados na natureza de receita 2.9.9.0.00.1.X.02.00.00 Remuneração de depósitos bancários.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R\$ 1,00	
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES (I)	12.586.778,57	12.993.568,48	16.008.484,75	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.846.650,46	2.907.659,19	3.210.267,80	
Ativo	2.775.807,65	2.865.420,85		
Inativo	70.842,81	42.238,34		
Pensionista	-	-		
Receita de Contribuições Patronais	5.877.802,95	5.356.181,96	3.210.552,09	
Ativo	5.842.511,82	5.286.886,27	3.168.357,83	
Inativo	35.291,13	69.295,69	42.194,26	
Pensionista	-	-		
Receita Patrimonial	3.555.486,54	4.585.437,61	6.913.095,67	
Receitas Imobiliárias	-	-		
Receitas de Valores Mobiliários	3.555.486,54	4.585.437,61	6.913.095,67	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-		
Receita de Serviços	-	-		
Outras Receitas Correntes	306.838,62	144.289,72	2.674.569,19	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	139.578,84	144.289,75	156.445,57	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	-	-	2.518.123,62	
Demais Receitas Correntes	167.259,78	-		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-		
Amortização de Empréstimos	-	-		
Outras Receitas de Capital	-	-		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	12.586.778,57	12.993.568,48	13.490.361,13	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (empenhadas)	2020	2021	2022	
Benefícios - Civil	3.392.967,96	3.880.318,77	4.611.082,46	
Aposentadorias	2.939.170,51	3.341.744,00	3.970.139,47	
Pensões	453.797,45	538.574,77	640.942,99	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-		
Outras Despesas Previdenciárias	354.552,07	411.223,92	447.478,67	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RGPS	354.552,07	411.223,92	447.478,67	
Demais Despesas Previdenciárias	-	-		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.747.520,03	4.291.542,69	5.058.561,13	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) ²	8.839.258,54	8.702.025,79	8.431.800,00	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022	
VALOR	-	-		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022	
VALOR	5.282.866,85	5.961.692,50	4.800.000,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2021	2022	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	2.704.472,88	2.452.935,12		
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	2.518.123,62	
Outros Aportes para o RPPS	-	-		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-		
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-		
Investimentos e Aplicações	-	-		
Outro Bens e Direitos	-	-		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	-	-		
RECEITAS CORRENTES	-	-		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-	31.060,05	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	-	-		
DESPESAS CORRENTES (XIII)	43.513,89	52.604,94	52.007,20	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	7.850,00	-		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	51.363,89	52.604,94	52.007,20	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	(51.363,89)	(52.604,94)	(20.947,15)	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = Exercício Anterior + (c)
2023	7.989.126,89	5.861.237,87	2.127.889,02	94.112.637,27
2024	7.531.642,99	6.327.717,32	1.203.925,67	95.316.562,94
2025	7.157.357,26	6.332.548,18	824.809,08	96.141.372,02
2026	6.797.560,79	6.438.358,14	359.202,65	96.500.574,67
2027	6.441.518,20	6.486.329,62	-44.811,42	96.455.763,25
2028	6.045.699,16	6.941.594,52	-895.895,36	95.559.867,89
2029	5.726.181,33	6.949.264,07	-1.223.082,74	94.336.785,15
2030	5.420.276,29	6.896.266,61	-1.475.990,32	92.860.794,83
2031	5.092.650,11	7.089.396,92	-1.996.746,81	90.864.048,02

2032	4.807.573,00	6.977.388,78	-2.169.815,78	88.694.232,24
2033	4.522.005,90	6.948.996,58	-2.426.990,68	86.267.241,56
2034	4.184.767,08	7.145.214,70	-2.960.447,62	83.306.793,94
2035	3.939.303,61	7.036.185,08	-3.096.881,47	80.209.912,47
2036	3.681.632,36	7.019.733,04	-3.338.100,68	76.871.811,79
2037	3.392.113,12	7.100.267,76	-3.708.154,64	73.163.657,15
2038	3.128.006,06	7.128.285,61	-4.000.279,55	69.163.377,60
2039	2.893.830,28	7.084.551,99	-4.190.721,71	64.972.655,89
2040	2.674.719,76	7.044.175,43	-4.369.455,67	60.603.200,22
2041	2.462.725,00	6.960.325,75	-4.497.600,75	56.105.599,47
2042	2.248.427,37	6.968.734,11	-4.720.306,74	51.385.292,73
2043	2.076.566,89	6.782.024,97	-4.705.458,08	46.679.834,65
2044	1.916.106,75	6.561.015,41	-4.644.908,66	42.034.925,99
2045	1.744.888,74	6.444.102,56	-4.699.213,82	37.335.712,17
2046	1.606.442,68	6.177.895,15	-4.571.452,47	32.764.259,70
2047	1.472.243,16	5.928.058,90	-4.455.815,74	28.308.443,96
2048	1.355.392,41	5.657.010,43	-4.301.618,02	24.006.825,94
2049	1.260.350,14	5.327.751,20	-4.067.401,06	19.939.424,88
2050	1.142.211,54	5.194.295,12	-4.052.083,58	15.887.341,30
2051	1.059.265,70	4.874.324,38	-3.815.058,68	12.072.282,62
2052	987.062,63	4.551.691,62	-3.564.628,99	8.507.653,63
2053	917.417,20	4.248.436,28	-3.331.019,08	5.176.634,55
2054	853.283,38	3.955.002,24	-3.101.718,86	2.074.915,69
2055	789.797,40	3.683.343,91	-2.893.546,51	(818.630,82)
2056	272.032,19	3.430.152,86	-3.158.120,67	(3.976.751,49)
2057	240.004,12	3.179.067,64	-2.939.063,52	(6.915.815,01)
2058	216.795,71	2.919.849,78	-2.703.054,07	(9.618.869,08)
2059	195.288,83	2.676.253,01	-2.480.964,18	(12.099.833,26)
2060	175.402,79	2.447.156,98	-2.271.754,19	(14.371.587,45)
2061	157.058,21	2.232.311,94	-2.075.253,73	(16.446.841,18)
2062	140.181,42	2.031.227,84	-1.891.046,42	(18.337.887,60)
2063	124.701,32	1.843.430,00	-1.718.728,68	(20.056.616,28)
2064	110.545,80	1.668.435,29	-1.557.889,49	(21.614.505,77)
2065	97.644,61	1.505.728,41	-1.408.083,80	(23.022.589,57)
2066	85.926,03	1.354.734,06	-1.268.808,03	(24.291.397,60)
2067	75.319,19	1.214.901,86	-1.139.582,67	(25.430.980,27)
2068	65.752,08	1.085.707,58	-1.019.955,50	(26.450.935,77)
2069	57.153,90	966.612,35	-909.458,45	(27.360.394,22)
2070	49.453,51	857.094,54	-807.641,03	(28.168.035,25)
2071	42.580,60	756.637,86	-714.057,26	(28.882.092,51)
2072	36.468,67	664.771,79	-628.303,12	(29.510.395,63)
2073	31.056,43	581.060,18	-550.003,75	(30.060.399,38)
2074	26.286,63	505.095,13	-478.808,50	(30.539.207,88)
2075	22.103,95	436.412,94	-414.308,99	(30.953.516,87)
2076	18.456,73	374.611,36	-356.154,63	(31.309.671,50)
2077	15.296,95	319.304,50	-304.007,55	(31.613.679,05)
2078	12.579,02	270.102,38	-257.523,36	(31.871.202,41)
2079	10.258,79	226.620,43	-216.361,64	(32.087.564,05)
2080	8.293,15	188.499,59	-180.206,44	(32.267.770,49)
2081	6.641,39	155.368,91	-148.727,52	(32.416.498,01)
2082	5.265,46	126.852,72	-121.587,26	(32.538.085,27)
2083	4.129,71	102.556,08	-98.426,37	(32.636.511,64)
2084	3.201,43	82.055,04	-78.853,61	(32.715.365,25)
2085	2.451,31	64.934,94	-62.483,63	(32.777.848,88)
2086	1.852,43	50.809,05	-48.956,62	(32.826.805,50)
2087	1.380,18	39.285,81	-37.905,63	(32.864.711,13)
2088	1.012,85	29.990,41	-28.977,56	(32.893.688,69)
2089	731,29	22.597,42	-21.866,13	(32.915.554,82)
2090	518,54	16.802,42	-16.283,88	(32.931.838,70)
2091	360,27	12.318,87	-11.958,60	(32.943.797,30)
2092	244,76	8.892,37	-8.647,61	(32.952.444,91)
2093	162,29	6.315,32	-6.153,03	(32.958.597,94)
2094	104,76	4.402,53	-4.297,77	(32.962.895,71)
2095	65,69	3.001,17	-2.935,48	(32.965.831,19)
2096	39,95	1.996,01	-1.956,06	(32.967.787,25)
2097	23,53	1.292,20	-1.268,67	(32.969.055,89)

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade
Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial com data base em 31/12/2022)

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2020, 2021 e 2022; e
- b) O Relatório de Avaliação Atuarial com data base em 31/12/22);

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	isenção	contribuinte	280.000,00	291.200,00	302.848,00	Vide Obsevação abaixo
IPTU	desconto	contribuinte	170.000,00	176.800,00	183.872,00	
TAXA - COLETA DE LIXO	desconto	contribuinte	350.000,00	364.000,00	378.560,00	
Desconto - Dedução de Receita			520.000,00	540.800,00	562.432,00	
				-	-	
TOTAL			800.000,00	832.000,00	865.280,00	-
Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade						
Nota 1: Os valores da renúncia para 2024 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.						
2 - Os valores da renúncia projetados para 2025 e 2026, foram calculados a partir dos valores de 2024 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:						
Inflação para 2025:			4,00%			
Inflação para 2026:			4,00%			

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento qu visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou receitas.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2024
Aumento Permanente da Receita	(2.893.328,28)
Decorrente de Receitas Tributárias	1.354.173,97
Decorrente de Transferências Correntes	(4.247.502,25)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	517.259,22
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(2.376.069,06)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(2.376.069,06)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	(3.402.315,15)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(1.790.485,90)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(1.611.829,26)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.026.246,09

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2024 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2023-2024.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2024, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2022-2023 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

ANEXO I

- a) Demonstrativo 01: Parâmetros utilizados nas estimativas das receitas e despesas;
- b) Demonstrativo 02 A: Memória de Cálculo das Estimativas das Receita e Pagamento das Despesas (inclusive Restos a Pagar) – exceto RPPS;
- c) Demonstrativo 02 B: Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas e Pagamento das Despesas (Inclusive Restos a Pagar) – específicas do RPPS;
- d) Demonstrativo 03: Estimativa da Receita Corrente Líquida, conforme Instrução Normativa nº 13/2022 do TCE/RS;
- e) Demonstrativo 04: Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Poder Legislativo;
- f) Demonstrativo 05: Evolução da Dívida Consolidada Líquida.

Anexo I - Demonstrativo 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,06%	5,78%	5,80%	4,13%	4,00%	4,00%
VARIAÇÃO DO PIB	4,60%	2,90%	1,20%	1,30%	1,70%	1,80%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-14,13%	4,39%	7,83%	-0,64%	3,86%	3,68%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	27,41%	29,27%	8,25%	21,64%	19,72%	16,54%
ESFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	10,27%	17,28%	-7,16%	6,80%	5,64%	1,76%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-13,40%	16,15%	-6,03%	-1,09%	3,01%	-1,37%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	16,62%	-8,99%	-9,03%	-0,47%	-6,16%	-5,22%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA)- EXECUTIVO	0,00%	1,44%	2,60%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA) LEGISLATIVO	0,00%	1,44%	2,60%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	28,74%	123,91%	-46,64%	35,34%	37,54%	8,74%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,15%	13,65%	12,50%	10,00%	9,00%	8,75%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	5,39	5,16	5,15	5,20	5,20	5,27

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa. 2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo BAnco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>)

Anexo I - Demonstrativo 02 - Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar - Exceto Despesas do RPPS

NOTA: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica, para fins de estimativas de metas fiscais da LDO a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Anexo I - Demonstrativo 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida			
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 13/2022, do TCE/RS			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)	109.253.419,96	114.862.873,43	117.908.432,99
II - DEDUÇÕES			
Deduções da Receita Corrente	11.467.419,96	11.885.433,42	11.839.895,38
Outras deduções	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	97.786.000,01	102.977.440,02	106.068.537,62
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)	200.000,00	200.000,00	200.000,00
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento	97.586.000,01	102.777.440,02	105.868.537,62
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)	100.000,00	200.000,00	100.000,00
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal	97.486.000,01	102.577.440,02	105.768.537,62

Anexo I - Demonstrativo 04 -Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2024 a 2026

PODER EXECUTIVO			
	2024	2025	2026
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	52.642.440,00	55.391.817,61	57.115.010,31
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	50.010.318,00	52.622.226,73	54.259.259,80
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	47.378.196,00	49.852.635,85	51.403.509,28
	2024	2025	2026
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	5.849.160,00	6.154.646,40	6.346.112,26
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	5.556.702,00	5.846.914,08	6.028.806,64
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	5.264.244,00	5.539.181,76	5.711.501,03

Anexo I - Demonstrativo 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida						
Exercício	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.916.934,97	3.650.991,86	9.900.991,86	8.900.561,65	7.860.114,24	6.778.048,93
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	1.916.934,97	3.650.991,86	9.900.991,86	8.900.561,65	7.860.114,24	6.778.048,93
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	29.442.766,14	17.415.203,99	4.100.000,00	3.006.681,70	2.569.208,40	2.058.630,03
Disponibilidade de Caixa Bruta - Exceto RPPS	21.623.664,53	18.455.603,26	5.000.000,00	4.000.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados - Exceto restos do RPPS	1.180.898,39	899.056,50	900.000,00	993.318,30	930.791,60	941.369,97
Demais Haveres Financeiros - Exceto RPPS	-	141.342,77	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(18.526.831,17)	(13.764.212,13)	5.800.991,86	5.893.879,95	5.290.905,84	4.719.418,90
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida				6,04%	5,15%	4,48%

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida						Valores em R\$
Operações de Crédito / Pagamentos	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	1.660.487,64	1.745.170,15	6.500.000,00	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	31.150,13	69.709,58	300.000,00	1.500.000,00	1.435.000,00	1.360.562,50
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	88.816,11	181.873,33	250.000,00	1.000.430,21	1.040.447,41	1.082.065,31

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrado - Fiorilli Software, Departamento resp. preenchimento: Contabilidade

Dívida Pública Consolidada - É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

ANEXO II – METAS FISCAIS

a) Demonstrativos 1 A e 1 B: das Metas Fiscais Anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

b) Demonstrativo 2: da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo 3: das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Demonstrativo 4: Evolução do Patrimônio Líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

e) Demonstrativo 5: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

f) Demonstrativo 6: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) Demonstrativo 7: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

h) Demonstrativo 8: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.